

SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS: CARACTERIZAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES DO BANCO EARTE

*SUSTAINABILITY AND TRADITIONAL COMMUNITIES: CHARACTERIZATION OF
THESIS AND DISSERTATIONS OF BANCO EARTE*

*SOSTENIBILIDAD Y COMUNIDADES TRADICIONALES: CARACTERIZACIÓN DE
TESIS Y DISERTACIONES DE BANCO EARTE*

Rejane Leal Candido
E-mail: rejaneleallcandido@gmail.com

Danilo Seithi Kato
E-mail: danilo.kato@uftm.edu.br

RESUMO

Objetivamos aqui realizar a caracterização das pesquisas, de 1981 a 2016, que tratam da sustentabilidade e práticas em comunidades tradicionais. A questão de pesquisa elaborada foi: “em quais regiões e instituições se originam e quais focos temáticos têm se concentrado as pesquisas em EA quando tratam da sustentabilidade e/a partir das práticas em comunidades tradicionais? Realizamos um estudo do tipo estado da arte, utilizando o banco de dados do projeto denominado EArte. Para a delimitação do *corpus* documental utilizamos os marcadores “sustent”, “comunidades tradicionais” e “comunidade tradicional”, resultando em 17 publicações que relacionam sustentabilidade e comunidade(s) tradicional(s). Analisadas à luz dos indicadores: área de concentração, instituição, ano, desenho metodológico, tema de estudo, identificamos que a maioria são oriundas de universidades públicas, federais e estaduais, datadas a partir de 2002. Como principal resultado discutimos a posição das comunidades enquanto lócus das pesquisas e que sua representatividade tem sido, principalmente por estarem em regiões de conflitos atrelada à suas formas de relação com o meio natural.

PALAVRAS-CHAVE: Estado da Arte. Educação Ambiental. Práticas sustentáveis.

ABSTRACT

We aim to characterize the research from 1981 to 2016, which deals with sustainability and practices in traditional communities. The research question was: "In which regions and institutions do they originate, and which thematic focuses have been focused on environmental education (EE) research when dealing with sustainability and based on practices in traditional communities? We carried out a state-of-the-art study using the project's EArte database. For the delimitation of the documentary corpus, we used the markers "sustain," "traditional communities," and "traditional community," resulting in 17 publications that relate sustainability and traditional community (ies). Based on the analysis of the indicators, we identified that area of concentration, institution, year, methodological design, and the subject of study comes from the public, federal, and state universities, dated from 2002. As a main result, we discussed the position of communities as a locus of research and that their representation has been, mainly because they are in conflict regions, linked to their forms of relationship with the natural environment.

KEYWORDS: State of the Art. Environmental Education. Sustainable Practices.

RESUMEN

Nuestro objetivo aquí es caracterizar la investigación, de 1981 a 2016, que se ocupa de la sostenibilidad y las prácticas en las comunidades tradicionales. La pregunta de investigación elaborada fue: “¿en qué regiones e instituciones se originan y qué focos temáticos se han centrado en la investigación en EA cuando se trata de sustentabilidad y / con base en prácticas en comunidades tradicionales? Realizamos un estudio de vanguardia, utilizando la base de datos del proyecto denominada EArte. Para la delimitación del corpus documental se utilizaron los marcadores "sostenibilidad", "comunidades tradicionales" y "comunidad tradicional", dando como resultado 17 publicaciones que relacionan sostenibilidad y comunidad (es) tradicional (es). Analizados a la luz de los indicadores: área de concentración, institución, año, diseño metodológico, tema de estudio, identificamos que la mayoría provienen de universidades públicas, federales y estatales, que datan de 2002. Como principal resultado discutimos la posición de las comunidades como locus de investigación y que su representación ha estado, principalmente por estar en regiones de conflicto, ligada a sus formas de relación con el medio natural.

PALABRAS-CLAVE: *Estado del arte. Educación ambiental. Prácticas sostenibles.*

INTRODUÇÃO

No campo da Educação Ambiental (EA), o enunciado em torno do termo Sustentabilidade tem sido construído com base nos desafios para se repensar as formas de viver, pautada por aspectos socioambientais. Conceituar e definir Sustentabilidade são ações complexas, devido às variáveis que o termo carrega. Loureiro (2008) diz que o termo Sustentabilidade é “um complexo de relações sociais que tem por premissa contemplar as diversas dimensões da existência humana em seu movimento de reprodução da vida social e biológica, e não apenas como um processo que ora se preocupa com o ecológico, ora com o social”.

Os discursos em torno da questão ambiental fomentam discussões que buscam por práticas mais sustentáveis e responsáveis, tencionando, assim, as relações do ser humano com a natureza, principalmente nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Tal amplitude discursiva acerca da Sustentabilidade em seus distintos contextos, evidencia aspectos implicados por uma crise ambiental que se manifesta em altos níveis de poluição, desmatamentos de florestas, enchentes, rompimentos de barragens, desabastecimento e qualidade de água, erosão do solo causado pela monocultura agrícola e pastagens, aquecimento global, numa apropriação/desapropriação crescente de territórios e ambientes.

Os discursos em torno da Sustentabilidade se constroem e produzem a partir de seus contextos, diferentes significados e sentidos para o termo, e por isso são analisadas neste artigo em sua multiplicidade. Dentre os diferentes significados nos posicionamos em torno

da ideia de que o ser humano compõe a natureza, e que a sustentabilidade é um signo linguístico que nos ajuda a pensar a construção social mais equânime e que não se pautem à lógica mercadológica e colonialista de desenvolvimento. Além disso, o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos seres humanos são questões que dão condições para que a Sustentabilidade possibilite uma transformação do sistema de produção econômico vigente para uma outra possibilidade de organização social.

Leff (2010, p. 31) contribui com essa ideia ao apontar que a Sustentabilidade é uma maneira de se repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história, impostos pela globalização econômica.

Compreender a complexidade que permeia essa possível reconfiguração das organizações sociais e econômicas, tendo como finalidade a Sustentabilidade, nos leva à reflexão sobre apostar em uma nova proposta de produção encaminhada para o que Leff (2010) considera como sendo aquelas desenvolvidas:

[...] pelos novos movimentos sociais indígenas e camponeses, que estão reconhecendo e reinventando suas cosmovisões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicionando suas identidades nesta reconfiguração do mundo diante da globalização econômica e atribuindo valores culturais à natureza (p.31).

Nessa perspectiva, Layrargues (2003) também contribui ao dizer que a reflexão a respeito dos problemas ambientais, sem estar articulada com a contextualização social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica, resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista, que dissocia as dimensões sociais e naturais, ser humano/natureza. Assim, a luta pela proteção da natureza sobressai como algo hierarquicamente prioritário sobre a luta por justiça e igualdade social, em vez de serem percebidas como intrinsecamente vinculadas.

Porém, apesar de possivelmente termos como caminho essa contextualização e dimensão social e cultural permeada por uma visão ambiental mais complexa, apresentada nas relações dos povos e comunidades tradicionais com seu território, poucos eram os registros desses grupos na sociedade brasileira, em documentos oficiais governamentais. Até meados da década de 1980, não tinham sido incluídas nas políticas públicas as chamadas populações tradicionais e residentes em Áreas Protegidas (AP's), tampouco seu reconhecimento e sua possível contribuição para a conservação e manutenção da diversidade biológica (PELEGRINI, 2006).

Estes grupos, que antes sobreviveram por décadas com outra lógica de pensamento, em 2007 conquistaram, após muitas lutas, mortes e terras perdidas, ao menos nos discursos enunciados pelo âmbito governamental, por meio do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a possibilidade de demonstrar uma forma de (re)significar as relações com a natureza. Povos com tradição arraigada, baseada em sua historicidade, contemporaneidade, transmitida de geração para geração por meio da oralidade ao longo de anos de valoração à natureza são, por muitas vezes, tachados erroneamente como sociedades estáticas.

Sociedades que ganharam foco nos últimos anos, frente à crise ambiental, tanto por serem aqueles mais afetados pelo desmatamento, perdendo seus territórios e impactos diretos, como também por suas práticas de manejo dos ecossistemas e relações ali construídas, deslocando a base de critério dos modelos, ditos modernos, de produção. Essa pluralidade de povos no Brasil contribui para designar uma diversidade sociocultural que caracteriza o país, o que tem nos auxiliado a interpelar a noção de tradição. Essa tradição que, de acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009), está dentro de um campo intelectual do ser que, em sua vigência, une teoria e ação frente ao universo, que não tem tido visibilidade, e que se constitui em uma distinta forma de proximidade com a natureza.

Na perspectiva da relação construída entre teoria e ação, o campo de conhecimento da EA para a Sustentabilidade tem suscitado muitos caminhos a partir desse agir e refletir, e a refletir com o agir. Um caminho trilhado neste âmbito, é o das pesquisas desenvolvidas a partir deste movimento, que incita o repensar dos processos de produção científica e práticas que consideram a relação do ser humano com a natureza de forma mais sincrônica.

Maximizar discussões, considerando conhecimentos que se apoiem não em valores com base na ideia do desenvolvimento presente no sistema econômico vigente, mas sim de um “bem-viver”, nos coloca frente às práticas das comunidades e povos tradicionais. Buscar pelos enunciados e como tem sido a percepção desta relação por quem produz conhecimento no meio acadêmico, se torna um caminho, já que, tem ocorrido grande propagação do discurso sobre a Sustentabilidade.

As pesquisas em EA surgem e difundem-se no Brasil, principalmente em cursos de formação profissional, técnica, de graduação e de pós-graduação, devido a tamanha relevância. Em 1981 surgem as primeiras dissertações de mestrado defendidas neste campo de conhecimento (MEGID NETO, 2009). Sendo, a partir deste momento, o impulsionamento

para o forte crescimento das pesquisas em EA, que quando comparada a outras áreas do campo educacional, se destacam com resultados quantitativamente superiores.

Ainda de acordo com Megid Neto (2009), quando esse resultado quantitativo, de certa área do conhecimento, se torna expressivo e significativo, é necessário que haja “estudos sistemáticos dessa produção, visando o conhecimento mais adequado das suas características e tendências, além de favorecer sua ampla e adequada divulgação” (p. 97, 2009). Nesse sentido, a busca pelo estudo das pesquisas já realizadas compreende o que se denomina “pesquisas do estado da arte”, “estado do conhecimento” ou “estado atual do conhecimento”.

Ou seja, o panorama traçado a partir dessa perspectiva possibilita criar um perfil inventariante, sistematizado das pesquisas produzidas, sua identificação, seleção e classificação obedecendo a critérios estabelecidos para a busca (visando os objetivos e interesse do pesquisador), descrição e análise do perfil e tendências e avaliação dos seus principais resultados, como contribuiu para a área pesquisada e lacunas (MEGID NETO, 2009). Objetivamos nesta pesquisa realizar a caracterização das pesquisas, de 1981 a 2016, que tratam da Sustentabilidade e práticas em comunidades tradicionais. Encaminhados pelo questionamento: “em quais regiões e instituições se originam e quais focos temáticos têm se concentrado as pesquisas em EA quando tratam da Sustentabilidade e/a partir das práticas em comunidades tradicionais?”

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O aumento significativo das pesquisas em EA evidencia como o tema tem sido considerado importante nos últimos anos e em distintos contextos além da área ambiental. No Brasil, as pesquisas são realizadas em cursos de Pós-Graduação em diferentes programas e áreas do conhecimento, como Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia (especialmente Ecologia), Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração, Educação, Engenharias, Geologia ou Geociências, Geografia, História, Medicina e Saúde Pública, Veterinária (FRACALANZA, 2004).

Ao adentrarmos às produções científicas, analisadas neste trabalho, consideramos importante este olhar para nos possibilitar compreender a construção dos enunciados que buscam por não se restringirem ao campo metodológico e de conteúdos das pesquisas em

EA, mas considerando também de que forma estes trabalhos vislumbram as práticas desenvolvidas por comunidades e povos tradicionais.

O conceito de “Sustentabilidade” tem origem recente, nos anos 1970 do século XX, quando a ONU inicia reuniões e uma forte consciência sobre os limites do crescimento do modelo vigente de globalização. No entanto, a história do termo é muito anterior, mais de 400 anos, atemo-nos a entender os significados deste discurso. E dentro da ecologia, a sustentabilidade diz respeito aos procedimentos tomados para que a Terra e seus biomas se mantenham vivos, protegidos, bem alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados (BOFF, 2012).

Para Loureiro (2012) o discurso da Sustentabilidade pode oportunizar muitos desdobramentos, devido à sua complexidade, possibilitando estabelecer relações, uma vez que vem das Ciências Biológicas e se fixa na política e na economia. Dando assim, diversas possibilidades ao empregar o termo, variando de acordo com seu contexto.

A teoria do conservacionismo é uma corrente que propõe no seu escopo um guia de comportamentos que tem por objetivo a conservação da natureza (SAUVÉ, 2005). Para além dessa teoria, Enrique Leff, na obra “Ecologia, Capital e Cultura”, contrapõe indicando uma racionalidade ambiental, onde a economia se baseia na capacidade de transformação da energia solar em biomassa.

Ou seja, uma relação de cuidado com a natureza considerando sua produtividade ecológica, sem exploração e extrapolação da utilização das bases de recursos naturais. Neste sentido Leff (2009) ainda considera:

As novas lutas sociais no campo — que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma democracia na produção)—, afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas).

Concordando com Leff, podemos pensar em grupos sociais que estão à margem, como aqueles capazes de promover um ordenamento político com autogestão, além de serem capazes de promover o ambientalismo. E que práticas desenvolvidas muito anteriormente por comunidades tradicionais já desempenhavam um papel na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, numa relação distinta desta imposta pelo mercado.

A Sustentabilidade como parte de um processo inverso à ideia do desenvolvimento econômico hegemônico, tal como tem se dado, é posta muitas vezes de forma dissimulada, fundamentando posicionamentos econômicos e políticos no sentido de amenizar as atividades produtivas que exploram os sistemas ecológicos, promovendo a conservação de uma racionalidade econômica. De outro lado, o discurso da sustentabilidade podem fundamentar uma outra forma de metabolismo social, já que para os sujeitos das comunidades tradicionais, o meio natural compreende seus contextos sociais, culturais, religiosos e de vida, sempre em consonância com os ciclos ecológicos. Há, portanto, um campo em disputa em torno do discurso da sustentabilidade. Em que se pese posicionamentos que vislumbram as externalizações dos processos produtivos, e compreendam ecossistemas e a biodiversidade de forma utilitarista, a serviço da produção e da lógica de mercado. E de outro, significados e sentidos próprios de uma racionalidade ambiental.

Esse “campo das externalidades” ambientais ou ecológicas não pode ser pensado sob o ponto de vista da economia que se construiu e se institucionalizou negando a contribuição dos processos ecológicos para a produção, a dimensão cultural do desenvolvimento humano, os mundos de vida e os sentidos existenciais das pessoas, ou seja, a esfera moral, da ética, dos valores e da cultura; de uma economia que instaurou no mundo fingindo ignorar, em última instância, as condições de sustentabilidade da vida... e da economia (LEFF, p.21, 2010).

Os ciclos dos sistemas ecológicos vão para além de manter a subsistência de comunidades tradicionais, a internalização e consciência de que os seres humanos também são parte dela (natureza) os coloca (os ciclos) como suporte de vida, que se ligam intimamente aos valores culturais e sentidos existenciais. Construindo ali, um contexto histórico, lugar de vida e conhecimentos ligados às crenças, vinculado a um mesmo território por um longo período de tempo, não baseado em um espaço físico, mas sim em toda sua integração.

Sob os aspectos que circundam a Sustentabilidade tratados anteriormente, percebe-se que os sujeitos atores, tanto dos cenários políticos, econômicos, sociais, culturais, educativos, concebem a partir de sentidos e significações seus processos de desenvolvimento, de qualidade de vida, de subsistência, de sua cultura, de sua relação com meio natural e construções a partir de saberes.

Ainda que a Sustentabilidade tenha sua origem nas questões ambientais, ela não se restringe aos elementos naturais, mas se refere a todas relações possíveis entre as sociedades

e a forma como cada uma lida com a gestão do meio natural. E essa gestão, e de certa maneira a apropriação desse meio, confere à Sustentabilidade um caráter polissêmico, com distintas definições, se tornando um campo de disputas. Disputas geradas pelos significados e sentidos atribuídos, muitas vezes antagônicos.

Esses discursos em torno da polissemia da Sustentabilidade se encontram, muitas vezes, dentro de um mesmo debate. Exemplo disso temos o campo das pesquisas que buscam na Educação Ambiental discutir caminhos para a Sustentabilidade, tendo como base o modo de vida das comunidades tradicionais. É preciso analisar a produção acadêmica, e neste caso no formato de teses e dissertações, para compreender de que maneira estes discursos têm circulado nas pesquisas em EA.

PROJETO EARTE: O CONTEXTO DA PESQUISA

O acervo do banco EArte, com 4.520 trabalhos catalogados, abrange pesquisas datadas de 1981 a 2016, versando sobre o tema Educação Ambiental. Para seleção e sistematização dos trabalhos selecionados, o banco conta com uma classificação desses documentos, por meio de um sistema eletrônico, que permite a associação de informações, com várias possibilidades de cruzar diferentes dados e descritores da “ficha de classificação”, além de possibilitar gerar catálogos específicos (Word e PDF) reunindo os documentos selecionados nas buscas.

O Projeto tem representado um grande e importante local de concentração de pesquisas em Educação Ambiental. Tendo sua existência justificada pela sua capacidade e possibilidade em constituir um acervo de documentos que descreva as produções acadêmicas sobre Educação Ambiental no Brasil. Em que Carvalho (2009, apud Carvalho 2016) complementa:

[...] possibilitam o reconhecimento das temáticas exploradas na produção existente, em determinado período, que, se sistematizadas, consistem em riquíssima fonte de pesquisa, permitindo a visão das questões que estão sendo discutidas e priorizadas em determinada área do conhecimento, em contextos espaciais e temporais diversos.

Permitindo assim, traçar distintos aspectos de produção, como instituições acadêmicas, ano de defesa, contextos educacionais, além de possibilitar pesquisadores e

pesquisadoras do estado da arte, analisar quais focos as pesquisas têm evidenciado, bem como compreender as lacunas e tendências dessas produções.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

O Projeto EArte foi a fonte de constituição do nosso *corpus* documental para análise. E para tanto, buscamos no acervo teses e dissertações que apresentassem em sua centralidade de discussão o conceito de sustentabilidade atrelado às perspectivas de práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais.

Os trabalhos foram selecionados a partir dos critérios de seleção dos autores Romanowski e Ens (2006): a) definição dos descritores para as buscas: o primeiro termo utilizado foi “sustent”, considerando a abrangência de busca, este possibilitou evidenciar trabalhos com discussões que trouxessem termos como “sustentável”, “sustentabilidade” e “insustentável”; b) localizar a fonte de busca: nossa fonte de busca foi o banco EArte; c) criar critérios de seleção do material: a justificativa metodológica para a seleção do *corpus* documental foi estabelecida ao realizar as buscas no banco. Utilizando apenas como filtro de busca “qualquer campo” com o termo “sustent”, nos retornou 1554 trabalhos, entre teses e dissertações. Nesse universo realizamos uma busca com os termos “comunidades tradicionais” e “comunidade tradicional”. Ao final chegamos a um total de 17 trabalhos, que compuseram nosso *corpus* documental definitivo para esta pesquisa apresentada, o critério de seleção foi que os termos “sustent”, “comunidade tradicional” e/ou “comunidades tradicionais” estivessem presentes no título e/ou resumo. d) realizar uma primeira leitura para selecionar os trabalhos que atendam os critérios determinados: todos os trabalhos da busca anterior atenderam os critérios já que aqui buscamos apresentar suas caracterizações.

A RELAÇÃO ENTRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (DISSERTAÇÕES E TESES) SOBRE SUSTENTABILIDADE VINCULADAS ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS REGIÕES DE PRODUÇÕES, NATUREZA DAS PRODUÇÕES, ÁREAS DE CONHECIMENTO E RECORTE TEMPORAL

Esta seção foi elaborada com base nos dados construídos a partir da análise geral e descritiva do nosso *corpus* documental. Após a leitura dos resumos das pesquisas

selecionadas e informações disponíveis no Banco EArte, buscamos descrever seus contextos de produção no intento de compreender como têm sido construídas, focando na nas regiões do país onde foram realizadas, natureza de sua produção (programas de pós-graduação de mestrados e/ou doutorados), áreas de conhecimento e recorte temporal de sua elaboração.

Buscamos a partir desses dados e panorama analítico, compreender o que tem orientado as tendências e perspectivas dos trabalhos quando discutem a sustentabilidade atrelada às práticas desenvolvidas por sujeitos das comunidades tradicionais.

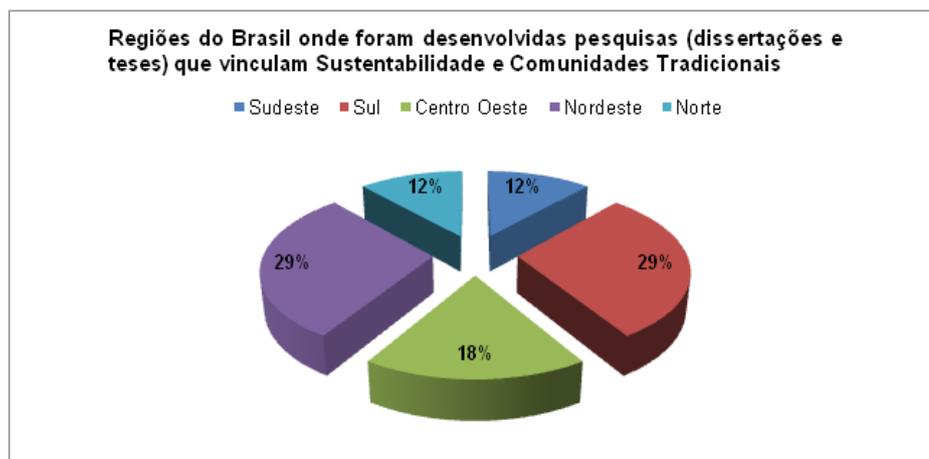
Regiões das produções

Ao analisarmos a distribuição das produções acadêmicas por estados, observamos os seguintes dados: São Paulo: 2 produções, Paraná: 2 produções, Rio Grande do Sul: 2 produções, Santa Catarina: 1 produção, Mato Grosso: 3 produções, Ceará: 5 produções e o Pará: 2 produções. Assim, o estado do Ceará representa sozinho 29,4% das produções que tratam da Sustentabilidade vinculada às práticas das Comunidades Tradicionais, em detrimento aos demais.

Tomando como referência as 5 regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul), temos os seguintes dados: Região Norte: 2 produções, Nordeste: 5 produções, Centro Oeste: 3 produções, Sudeste: 2 produções e Sul: 5 produções.

Ilustrando melhor essas regiões de origem desses trabalhos, temos o gráfico apresentado na figura 2 abaixo:

Figura 1– Produções do Banco EArte que compõem nosso corpus documental conforme as regiões brasileiras



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Percebemos que as regiões Nordeste e Sul são as que mais tiveram produções dentro deste universo de pesquisas, responsáveis por 29%, em ambas regiões, dado nossos critérios de busca, focando nas produções que versam acerca da Sustentabilidade pautada nas comunidades tradicionais e suas práticas de manutenção dos meios naturais. Em contrapartida, a região Centro-Oeste compreende 18% das pesquisas realizadas, seguida das regiões Sudeste e Norte, com 12%, cada uma, dos trabalhos desenvolvidos.

Os trabalhos em EA, que focam nesta temática, têm tido uma grande concentração em regiões do Brasil como o Nordeste e Sul, dado pelo nosso *corpus* e também pela pesquisa realizada por Santos (2019), em que, ao realizar um panorama de pesquisas em EA que tratam de conflitos socioambientais se depara também com a região nordeste como palco de lutas por interesses de mercado. Quando olhamos para os conflitos ali existentes, estão diretamente ligados à mudança do regime tradicional do uso e ocupação do território, desmatamento, poluição do solo, da água dentre outros, causados por especulação imobiliária, carcinicultura (produção de camarões), energia eólica (região que favorece as correntes de ventos), turismo, monocultura e muitas outras atividades geradoras de conflitos que impactam diretamente na vida das mais diversas comunidades ali existentes.

Como discutido por Carvalho (2012) sobre o campo das pesquisas, existem questões que têm influenciado discussões que retratam contextos sociais, espaciais e temporais da conjuntura em que os trabalhos foram produzidos. Não ao acaso, grande parte destas publicações estão concentradas nas regiões Nordeste e Sul. A região Nordeste é onde se concentra distintos povos de comunidades tradicionais e onde:

[...] são alvos do avanço da espoliação do capital financeiro e produtivo sobre os recursos naturais e isso torna esses territórios palco de diversos conflitos socioambientais. Para Little (2001, p. 107) conflitos socioambientais dizem respeito às “[...] disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (ARAUJO *et al.*, 2019, p. 366)

Ainda de acordo com esses autores e dados extraídos do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil¹, de 2021, existe, na região Nordeste, uma grande disputa pela terra associada a 166 atividades geradoras de conflitos em 2014. Quando esses conflitos são relacionados a categorias como terra/água e terra/minério, esse percentual correspondia a 70,88% dos recursos naturais em disputa.

A partir dos anos 60 com o grande investimento na industrialização no Brasil, a região Nordeste teve a maior parte da sua história econômica voltada para a agroexportação, assumindo um papel relevante para produção de bens primários – commodities para exportação – associados à flexibilização de leis e impostos como parte “das movimentações do Estado neoliberal que estimula a apropriação dos recursos, facilitando a entrada desses capitais nos países que ainda possuem recursos naturais em abundância” (ARAUJO *et al.*, 2019, p. 368).

A esse respeito entendemos que, ao adentrar no campo de disputa por terras, os conflitos margeiam para além deste espaço geográfico, grupos sociais que reivindicam esse território como moradia e vivência. Contexto do Nordeste Brasileiro, onde os conflitos socioambientais em “consonância com as entidades governamentais, para dar andamento ao crescimento econômico e controle dos bens naturais presentes em localidades habitadas por pequenos agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, que têm sua subsistência e identidade marcada pela utilização dos recursos do meio natural”, tendo como fator desencadeador justamente a existência de territórios tradicionais em áreas de disputa pelos grandes latifundiários (ARAUJO *et al.*, 2019, p. 369).

De acordo com a pesquisa de Júnior e Souza (2009, p. 131), acerca da região Sul, podemos traçar um breve histórico que possibilita compreender e

[...] antever que as pressões sobre os povos e comunidades tradicionais ainda são intensas, sobretudo, desde a década de 1960, a partir de 3 origens. A primeira é o avanço da “agricultura moderna”. Notadamente reconhecido como “Celeiro agrícola do País”, o Paraná, desde a década de 1970, sustenta sucessivamente a evolução nos recordes de produção e exportação de commodities agrícolas e florestais, tais como, soja, gado, pinus, eucaliptos e recentemente, cana-de-açúcar. Somente a soja em 15 anos (1990 a 2005) teve ampliada sua área plantada em 70,8%. Já, o complexo madeira, perde neste período apenas para o complexo soja.

¹ Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 22 de mar. 2022.

Sendo considerado o maior produtor nacional de papel fibra longa, o Paraná ocupa 2,8% do seu território ou 560 mil hectares, com a meta de ocupar até 5% da área do Estado até 2010.

Nesse sentido, o contexto da região Sul favorece aos grandes produtores a exploração das regiões, que não ao acaso, são territórios de povos e comunidades tradicionais. A partir de 2003 a região do Paraná tem proposto, de acordo com ainda com Junior e Souza (2009, p. 133),

[...] iniciativas que visam a identificação desses grupos, tal como o Mapa da presença Indígena e o Mapeamento dos Quilombolas no Paraná (ITCG, 2007). Em 2005, inicia-se, em articulação com os movimentos sociais, o Projeto Nova Cartografia Social, vinculado ao PPGSCA – Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura - da Universidade Federal do Amazonas – UFAM com apoio do Centro Missionário de Apoio ao Camponato - CEMPO e Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP, na produção da Auto-cartografia Social desses povos e comunidades tradicionais.

O que também contribui para alavancar as discussões sobre as questões ambientais nas pesquisas, já que tem sido emergente nas últimas décadas e se destacando discursos acerca das distintas formas de lidar com a natureza. Assim, inferimos que as regiões com grande incidência de conflitos socioambientais, atraem olhares da pesquisa em EA, que valorizem a diversidade cultural das comunidades tradicionais, como “saída” para a homogeneização que o sistema econômico capitalista têm trazido para estas regiões.

Natureza das produções

Realizada a seleção dos trabalhos (4.520 catalogados até a data deste levantamento) no Banco do EArte, ao final dos critérios de seleção nosso *corpus* documental foi composto por 17 produções, quatro teses de doutorado e 13 dissertações de mestrado.

O corpus documental do presente estudo caracteriza-se, quantitativamente, pela seleção de dissertações de mestrado. Uma hipótese considerada, para a maior presença de dissertações de mestrado em detrimento das teses de doutorado, pode ser o que Carvalho (et al, 2016) aponta sobre a relação com investimentos financeiros, que contribuem para o desenvolvimento de pesquisas:

[...] os valores para a produção de uma tese de doutoramento em relação ao de uma dissertação de mestrado é mais alto, seja em termos de tempo investido como de recursos financeiros. A tendência, no entanto, ao observarmos os dados ao longo

do tempo, é de agilizar a formação em nível de pós-graduação para atender a uma demanda do mercado de trabalho (CARVALHO *et al.*, 2016, p. 36).

Além dessa condição financeira, que segundo ele, torna necessário um maior investimento para os programas de doutorado, podemos também considerar a quantidade de programas de pós-graduação que os oferta. De acordo com a Plataforma Sucupira ², consultada em março de 2022, no Brasil há 4607 programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos. Na plataforma esses programas podem ser verificados por regiões e ao consultar nos revela os seguintes dados, quanto tratamos de mestrados e doutorados acadêmicos: Região Centro-Oeste: 147 programas de mestrado e 7 programas de doutorado, Norte: 127 e 7, Nordeste: 384 e 16, Sudeste: 372 e 36 e a Região Sul: 279 e 11.

Ou seja, a quantidade de programas que oferecem doutorado é muito inferior ao número de programas que oferecem o mestrado. Logo, esta disparidade também impacta no percentual de produções e divulgações de pesquisas. E ao voltarmos para nosso *corpus*, esse dado se expressa: de 17 trabalhos selecionados, que contemplaram nossa temática e critérios de seleção, apenas 4 foram oriundos de programas de pós-graduação nível doutorado (Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal), Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Doutorado em Geografia e Doutorado em Educação Ambiental).

Além do maior número de pesquisas estarem concentradas em programas de mestrados, elas representam uma porcentagem muito alta dentro das instituições públicas. A maioria destas foi desenvolvida em programas de pós-graduação, sejam elas estaduais ou federais, de diversas regiões do Brasil. Dos 17 trabalhos, apenas um foi desenvolvido em um programa de pós-graduação de mestrado em Educação em uma instituição particular, UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, intitulada “Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável” defendido por WEILER (2015).

² A Plataforma Sucupira coleta informações e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml> acesso em 21 de mar. de 2022.

Quadro 1 - Pesquisa de Mestrado desenvolvida em programa de pós-graduação da Univali – universidade privada.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí	Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável	Jaqueline Maria Alexandre Weiler	Mestrado em Educação

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

E dentre os demais, três trabalhos de doutorado foram realizados em universidades federais: UFPR – Universidade Federal do Paraná, UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos, FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

Quadro 2 - Pesquisas de Doutorado desenvolvidas em programa de pós-graduação em instituições federais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UFPR Universidade Federal do Paraná	Contribuição às possibilidades de um ensino de Botânica crítico e contextualizado	Lenir Maristela Silva	Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal)
UFSCar Universidade Federal de São Carlos	Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso	Maria Saleti Ferraz Dias Ferreira	Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais
FURG Universidade Federal do Rio Grande	Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina	Carina Catiana Foppa	Doutorado em Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

E, uma tese de doutorado realizada na USP – Universidade de São Paulo, instituição estadual.

Quadro 3 - Pesquisa de Doutorado desenvolvida em programa de pós-graduação em instituição estadual.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
USP Universidade de São Paulo	Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia	Ivani Ferreira de Faria	Doutorado em Geografia Física

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Das dissertações de mestrado, 10 foram desenvolvidas em universidades federais: quatro pela UFC - Universidade Federal do Ceará, duas pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, uma pela UFPR – Universidade Federal do Paraná, duas pela UFPA – Universidade Federal do Pará e uma pela FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

Quadro 4 - Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições federais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UFC Universidade Federal do Ceará	Indicadores de qualidade de vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha de Canto Verde, Beberibe - CE	Henrique Luís de Paula e Silva de Almeida	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Educação Ambiental contínua: a vida como foco da aprendizagem - o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos, assentamento Sabiaguaba Amontada CE	Maria Luíza Camargo Pinto Ferraz	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Círculos de permacultura no contexto comunitário: desenho de um modelo aplicável à emergência de culturas sustentáveis	Marisol Ginez Albano	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Geografia e Educação Ambiental Dialógica: conceitos e práticas ambientais na reserva extrativista da prainha do Canto Verde-Ceará-Brasil	Erica Silva Pontes	Mestrado em Geografia
UFMT Universidade Federal de Mato Grosso	Educação, cultura e tradição: tessituras de uma comunidade tradicional no Pantanal de Poconé, Mato Grosso - um estudo de caso	Ilsa Helena Gomes Procópio da Silva	Mestrado em Educação
	O saber e o fazer da comunidade Vila Berrante, Ribeirão Cascalheira - MT, revelando indicadores educativo	Gecilane Ferreira	Mestrado em Educação
UFPR Universidade Federal do Paraná	Educação ambientalmente sensível com base na racionalidade ambiental: estudo de caso do Colégio Sesi-PR	Melina Luzia Gunha	Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPA Universidade Federal do Pará	As possibilidades da inserção da Educação ambiental em unidades de conservação: o caso da reserva extrativista "Ipaú-Anilzinho" na Amazônia Tocantina	Roble Carlos Tenório Moraes	Mestrado em Educação
	Transformações socioambientais na comunidade de Dom Manuel Barbacena/PA	Grace Kelly do Rosário da Silva	Mestrado em Educação
FURG Universidade Federal do Rio Grande.	A política ambiental da indústria mineral: análise dos programas educacionais construídos para os trabalhadores da Vale na Mina Brucutu	Barbara Luisa Martins Mariano Souza	Mestrado em Gerenciamento Costeiro

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Em instituições estaduais foram duas dissertações realizadas: UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, UECE – Universidade Estadual do Ceará.

Quadro 5 - Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições estaduais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso	A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros-GO: etnobotânica e educação ambiental	Fernando Thiago	Mestrado em Ciências Ambientais
UECE Universidade Estadual do Ceará	Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE	Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira	Mestrado em Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A respeito da dependência administrativa das pesquisas, fica evidente pelos números de produções apresentadas acima, o quanto há uma predominância das universidades públicas sobre esses trabalhos. Essa origem institucional de pesquisas advindas de instituições públicas também é evidenciada em outras metapesquisas do âmbito da EA em Instituições de Ensino Superior, como nos trabalhos de Carvalho (2012), Rink (2014) e Santos (2019).

Cruz (2020) publicou na Revista Interesse Nacional um trabalho em que mapeou as dependências administrativas das pesquisas no Brasil de 2011 a 2015 em EA. E de acordo com seus achados considerou que a “[...] maior parte da produção científica do Brasil vem das universidades públicas. Oito universidades respondem por aproximadamente 2/3 dos artigos científicos do País publicados em periódicos internacionais (online.)”, o que atribui às universidades públicas papel importante para realização de pesquisas e divulgação científica também no campo internacional.

E sobre a baixa produção científica das instituições particulares, Santos (2019) discute que desde 1960 essas são demarcadas pela dedicação, praticamente ao ensino. E ainda completa:

A Reforma Universitária de 1968 flexibilizou o padrão tradicional de educação superior assentado no tripé ensino-pesquisa-extensão (CORBUCCI *et al.*, 2016). Martins (2009) ressalta que após essa reforma surge um ensino superior privado, de perfil empresarial, que visa por lucro econômico e o atendimento de demandas do mercado educacional. Ainda segundo esse autor, as IES privadas [...] estão voltadas para uma estrita formação profissional e empregam professores horistas

com pequeno volume de titulação acadêmica, que se dedicam em sua maior parte às atividades de ensino. Predomina em seu interior uma ausência de estruturas consolidadas de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu* (MARTINS, 2009, p.29). (SANTOS, p. 95).

Focando na formação profissional com titulação acadêmica, as instituições privadas não possuem então uma consolidação de produção de pesquisas, o que demanda às instituições públicas esse papel de investimento.

Numa perspectiva de formação, da EA para a Sustentabilidade, ao olharmos seu contexto sócio-histórico de surgimento percebemos que está atrelado a uma demanda pelo debate em torno do tema, uma vez que os retrocessos e crises trazem à tona o debate por outros modelos de desenvolvimento, já que os problemas ambientais só aumentaram nas últimas décadas.

As condições de trabalho nas faculdades, centros universitários, e universidades privadas é uma hipótese construída para explicar o baixo número de produções provenientes desta dependência administrativa. No entanto, é importante ressaltar que a relação entre os discursos da sustentabilidade e as práticas em comunidades tradicionais aparece como uma articulação recente. Espera-se que com trabalhos como este seja possível identificar lacunas importantes para serem colocadas como desafios para outros pesquisadores.

Áreas de conhecimento

Nessas dependências administrativas elencadas acima, privada e públicas, também há uma grande diversidade de áreas de conhecimento. E ao olharmos para estes trabalhos conseguimos notar o quanto tem sido diversa essas áreas nos programas de pós-graduação. Abaixo estão listadas essas distintas áreas de concentração dos trabalhos citados anteriormente e que fazem parte do nosso *corpus* documental:

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente;
Mestrado em Educação;
Mestrado em Ciências Ambientais;
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos;
Mestrado em Geografia;
Mestrado em Gerenciamento Costeiro;
Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal);
Doutorado em Geografia (Geografia Física);
Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais;

Doutorado em Educação Ambiental.

Reflete nessa diversidade de campo do conhecimento o aumento das discussões de pesquisas, sobre EA focando na Sustentabilidade e a busca por articulações da temática com diferentes áreas, numa proposta interdisciplinar. E apesar de assumir uma ampla dimensão, alcançando muitas das áreas do currículo, a discussão nos trabalhos aqui tratados, se mantém numa esfera do universo da educação ambiental. E apesar de sinalizarem as práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais atreladas à Sustentabilidade, vê-se sutil a aproximação pretendida. Sendo os sujeitos das comunidades um meio pelo qual as pesquisas buscam discutir temas ambientais, já que esta demanda tem sido tão emergente nas últimas décadas.

Sobre esse aumento de pesquisas em EA dentro de distintas áreas do conhecimento Gomes, Brasileiro e Caeiro (2020) apontaram em sua pesquisa intitulada “Educação ambiental e educação superior: uma revisão sistemática da literatura” que ocorreu um processo de Ambientalização Curricular, a partir da iniciativa da formação da Rede de Ambientalização Curricular no Ensino Superior (ACES), a partir de 2002, em que se havia uma busca pela incorporação em

[...] currículos/programas de graduação/cursos de conhecimento/conhecimento ambiental [...] focada na compreensão das realidades socioambientais e para orientar ações em um projeto de sustentabilidade da vida em sua diversidade. Processo que promove o diálogo com outras formas de conhecimento (religioso, científico, cultural, tradicional etc...) que compõem as diferentes visões de mundo. (GOMES; BRASILEIRO e CAEIRO, 2020, p. 75582)

E nessa busca pelo diálogo com distintos campos de conhecimento, ao realizar a revisão da literatura os autores constataram que, quando a discussão sobre “racionalidade ambiental” foi incluída nos programas e currículos de graduação, segundo esses autores “aprimorou o processo de ambientalização universitária e foi possível visualizar que as racionalidades instrumentais e teóricas dominam o campo do saber no processo de ambientalização” (GOMES; BRASILEIRO e CAEIRO, 2020, p. 75582).

A diversificação e ampliação das discussões, em distintos campos do conhecimento, sobre questões ambientais para a Sustentabilidade, pode levar a uma instrumentalização inclusive das práticas desenvolvidas pelos povos das comunidades tradicionais, onde a resolução dos problemas ambientais se findam com soluções técnicas.

Condição em que, não existe uma relação intrínseca com o meio natural, tendo esses modos de vida como apenas práticas a serem seguidas e não como construtores de conhecimento,

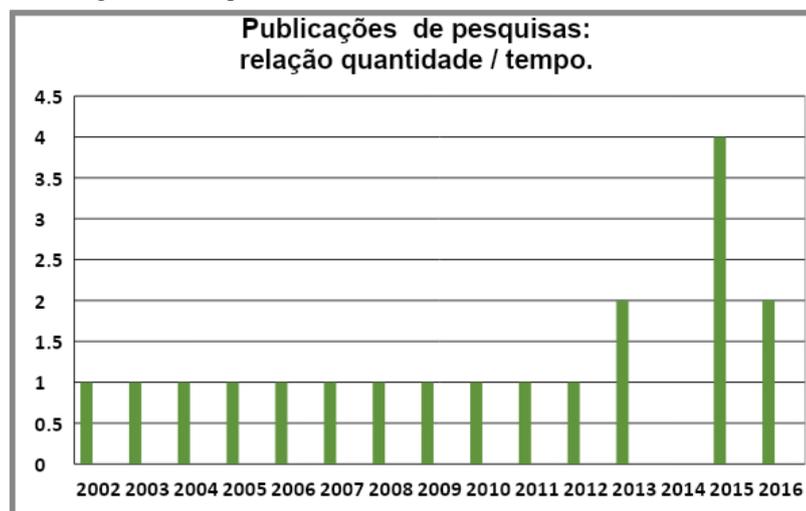
não construindo relações de proximidade e internalização desse contexto. Permeando ainda um campo do Desenvolvimento Sustentável, numa proposta conservacionista com um slogan verde, conservando assim o meio natural com a finalidade de se manter um *status quo* da natureza enquanto fonte de recurso financeiro.

Nesse sentido, quando mencionamos a diversidade de áreas produzindo pesquisas sobre EA com foco na Sustentabilidade, vê-se as comunidades tradicionais nos trabalhos, porém cada área de formação acaba conduzindo de forma distinta como compreendem as relações de aproximações desses povos com a natureza. Ora as comunidades tradicionais figuram como “objeto de estudo”, ora como “contexto da pesquisa”, e em outros momentos como “sujeitos e/ou referentes para a construção de outros caminhos possíveis para a organização social”.

Recorte temporal

A figura 1 abaixo representa as publicações das pesquisas selecionadas no Banco EArte distribuídas ao longo dos anos de suas produções:

Figura 2– Pesquisas no Banco EArte entre os anos 2002 e 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

De acordo com estes dados, entre os anos de 2002 até 2012 foi defendida uma pesquisa por ano. Aumentando para duas em 2013, seguida de queda em 2014 em que não houve nenhum trabalho apresentado. No entanto, 2015 salta para quatro produções de

pesquisa e 2016 retorna para duas. Este recorte temporal nos permitiu traçar hipóteses sobre a concentração destes trabalhos, principalmente nos anos 2015 e 2016.

Quando olhamos para essas produções científicas e seus períodos de publicação, percebemos que nossa caracterização das pesquisas aponta para uma datação, até 2016, período anterior ao “golpe” e do governo neoliberal autoritário que ascende no Brasil em 2018, conduzindo a um processo de (des)ambientalização do Estado, como dito por Acselrad (2010). Ou seja, os significados e sentidos construídos neste trabalho são até 2016, em que se havia uma visão distinta sobre o meio ambiente e os movimentos sociais como possíveis parcerias na construção de conhecimentos e valorização da cultura, movimentos que influenciaram nas características da EA, já que no meio educacional essa discussão vem depois dessas manifestações.

O processo de produção das pesquisas geralmente está pautado nas necessidades sociais, assim, ao passo que as políticas governamentais instauram retrocessos em que as políticas públicas favorecem a extrapolação e uso do meio natural, tem-se um campo abrangente de pesquisas que buscam por discussões acerca dos impactos que este modelo acarreta. As pesquisas em EA podem contribuir para compreender aspectos pedagógicos, culturais, sociais e políticos que constituem e influenciam a própria EA, sendo um elemento mediador para uma possível superação da crise instaurada.

No entanto, se o próprio Estado é o que contribui para o desmonte das políticas em prol do meio ambiente, o que temos visto nestes últimos anos, é que não existe interesse em investir nas universidades públicas, menos ainda nas pesquisas para discutirem as causas e impactos que questionem o modelo econômico vigente. E, olhando para o campo das pesquisas na área ambiental, percebemos que alguns fatores favorecem ou não o aumento ou diminuição dessas produções, como por exemplo, conjuntura política, histórica e social que influenciam diretamente na pesquisa em EA.

Assim, quando atrelamos EA para a Sustentabilidade e comunidades tradicionais, traçamos um caminho que nos leva a compreender como tem se desdobrado as intencionalidades por trás da dinâmica onde se inserem. Ao mesmo tempo que a crise ambiental vem aumentando, mais comunidades tradicionais estão sendo expostas, não por suas tradições e formas de lidar com o meio natural como possível caminho de aproximação com o meio natural, mas sim por estarem em regiões de conflitos de interesses financeiros.

Reflexão que, ao olhar para as pesquisas, podemos ter devido às distintas formas de abordagem da temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho focamos na construção de um panorama geral das pesquisas que ao apontarem para a sustentabilidade de certa forma trouxeram as comunidades tradicionais. Para tanto, nos dedicamos à descrição do contexto em que essas pesquisas foram realizadas, construindo um quadro analítico sobre a produção do conhecimento em EA que toque a questão da sustentabilidade e das comunidades tradicionais.

Apontamos que as pesquisas produzidas são diretamente influenciadas pelo contexto sociocultural e econômico de produção. Ou seja, na medida em que o contexto de realização das pesquisas é marcado por movimentos anti-ambientalistas institucionalizados e de conservação de uma racionalidade econômica exploratória, os temas, os focos, a localização, e a distribuição temporal das pesquisas também mudam. Isso fica ainda mais evidente quando observamos que as regiões do Brasil que obtiveram maior enfoque nas pesquisas analisadas, foram àquelas que também sofrem com o maior número de conflitos socioambientais que atingem as comunidades tradicionais (regiões Sul e Nordeste do Brasil).

Existe uma relação muito forte quando olhamos para a Instituição Governamental brasileira em relação a essas produções. Tanto em relação aos investimentos nas instituições que mais produzem pesquisas, ou seja, as instituições públicas, sejam elas estaduais e/ou federais, quanto às políticas ambientais criadas e ressaltadas que também se tornam instrumentos balizadores de discussões políticas e caminhos teóricos.

Principalmente quando falamos em disputas de terras e direitos dos povos e comunidades tradicionais vemos como essas sociedades tem se destacado, principalmente, por estarem em regiões de conflitos e alavancando os discursos das pesquisas que se pautam nesses grupos para elaborar discussões acerca da Sustentabilidade, sobre “outras” formas de lida com o meio natural.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.103-119, 2010.

ARAÚJO, N. M. S.; MENDONÇA, E. da S.; COSTA, J. M. de A.; SILVA, J. P. da. **Conflitos socioambientais no nordeste brasileiro**: tema de interesse para o serviço social. Espaço Temático: Conflitos Sociais, Ideologia, Cultura E Serviço Social. *Rev. Katálysis* 22 (02)may- aug 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p363>. Acesso em: 18 maio 2021.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. ISBN 978-85-326-4298-1.

CARVALHO, L. M. de. *et al.* A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica –teses e dissertações. **CNPq: Relatório Científico**. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2012.

FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários iniciais. *In*: TAGLIEBER, J. E; SILVEIRA, A. F. **Pesquisa em educação ambiental**: pensamento e reflexões de pesquisadores em educação ambiental. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel. 2004.

GUIMARÃES, R. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. *In*: BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 13-44.

JÚNIOR, G. L. da S. SOUZA, R. M. de. **As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e Coletivos no sul do Brasil**. *Rev. Fac. Dir. UFG*, V. 33, n. 2, p. 128-142, jul. /dez. 2009.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. Tradução do texto da primeira edição: Jorge E. Silva. Revisão técnica desta edição: Carlos Walter Porto Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, E. **Discursos Sustáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental**: repesando o espaço da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, p. 69-98 2008.

RINK, J. **Ambientalização curricular na Educação Superior**: tendências reveladas pela pesquisa acadêmica brasileira (1987-2009). 2014. 262f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, R. J. dos. **Conflitos socioambientais e processo educativo: análise das dissertações e teses em educação ambiental (1981-2016)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2019.

SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. **Buen Vivir Andino: Resistência /ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento**. Ed. EBAPE. BR, v. 14, n. 3, Artigo 8, p. 682-693. Rio de Janeiro, jul./set. 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2015.

WEILER, J. M. **Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Itajaí. 2015.